MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE GESTÃO EM SAÚDE MODALIDADE A DISTÂNCIA

BRASIL
2021

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE GESTÃO EM SAÚDE MODALIDADE A DISTÂNCIA

Comissão de Apoio à Diretoria de Educação a Distância na Gestão do PNAP
Prof.ª Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)
Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (ENAP)
Prof.ª Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (UNEB)
Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)
Prof. Dr. Paulo Emilio Matos Martins (UFF)
Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (UFAM)
Prof.ª Dra. Vanessa Costa e Silva (FIOCRUZ)

APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão em Saúde, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

Tal programa nasce a partir da experiência piloto do curso de Administração, em 2006, que foi supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), do Ministério da Educação (MEC), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e por coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além desse bacharelado, o PNAP é composto de três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso da especialização de Gestão em Saúde, foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Maria Aparecida da Silva (UFAL), Dario de Oliveira Lima Filho (UFMS), Silvar Ribeiro (UNEB), Anderson Castanha (UFJF) e Marcos Tanure Sanabio (UFJF).

Nesse contexto, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de Instituições Públicas de Ensino Superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino

a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento em Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública, com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos (PPC); o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Em 2017 foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPCs (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático, adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que participaram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

Brasília, 02 de agosto de 2018.

Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenador

1 Dados de identificação do curso

a) Nome do Curso:

Curso de Especialização em Gestão em Saúde

b) Proponente:

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

c) Público-alvo:

Profissionais da saúde e áreas afins que atuam ou queiram atuar na gestão de serviços de saúde.

d) Número de vagas:

Serão ofertadas conforme editais públicos ou outros meios de financiamento disponíveis quando da abertura das vagas.

e) Formas de ingresso:

Definido conforme resolução complementar de cada Ipes.

f) Duração do curso:

O curso foi concebido para ser integralizado em 18 meses.

g) Previsão para início das atividades:

01/05/2021

2 Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar as ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB, e, consequentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização de Gestão em Saúde e de outras especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão em Saúde vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera municipal, regional e nacional, tendo como foco a importância de qualificar a assistência prestada aos usuários do SUS.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a Ipes oferece o Curso de Especialização de Gestão em Saúde no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- A modalidade Educação a Distância é gerida, atualmente, pelo NEaD - Núcleo de Educação a Distância, juntamente com o NTI - Núcleo da

Tecnologia em Informação, e conecta a Universidade a 24 polos distribuídos por todo o Estado do Maranhão, atendendo mais de 140 municípios com cursos de graduação, extensão e pós-graduação lato sensu. A UFMA participa de programas de Educação a Distância propostos pelo MEC - Ministério da Educação por meio da SEED - Secretaria de Educação a Distância: Sistema UAB - Universidade Aberta do Brasil.

3 Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada.

Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. No entanto, o Poder Público Municipal deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da administração pública no setor de saúde.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, Estados e Municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de

cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação da política pública de saúde no país.

4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;

II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;

III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;

IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância, a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6 Caracterização regional

No Maranhão, as políticas de educação têm se apresentado como resultado do trabalho coletivo de enfrentamento aos problemas que, historicamente, assolam o país, como o analfabetismo, formação, qualificação e valorização profissional, cujos horizontes se estendem à qualidade da educação na perspectiva de atender às demandas da sociedade e de mercado, dos indicadores concorrentes que aferem o grau de desenvolvimento das regiões e das nações.

Desse modo, a responsabilidade de pensar, desenvolver e acompanhar as políticas educacionais, os seus desdobramentos, por meio do regime de colaboração, incluindo pactos federativos, parcerias, além de convênios, cooperações e projetos institucionais evidenciam o complexo percurso da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) à concretização de sua Missão Institucional.

Com esta contextualização, a UFMA vem mantendo esforços para garantir, no conjunto de seus planos de ação e de gestão (Plano de Desenvolvimento

Institucional, Plano Político-Pedagógico Institucional), diretrizes que contemplem as políticas de Estado voltadas ao Ensino Superior e às Universidades, levadas a cabo nos seguintes documentos: Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Plano de Metas "Compromisso Todos pela Educação" e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Estes são encaminhados pelo Governo Federal, mas sem descurar de sua função social e da configuração institucional nos contextos estadual e municipal, com foco na inserção regional, contribuindo firmemente para reduzir assimetrias e ofertar oportunidades do ensino superior nas dimensões territoriais do Estado do Maranhão.

A Universidade Federal do Maranhão, seguindo esta perspectiva, estabelece caminhos em direção aos processos vinculantes e complementares – expansão com interiorização, para todos os níveis e modalidades de educação universitária nas dimensões acadêmica, científico-tecnológica e profissional. Isso se dá sem se descuidar, no entanto, dos elementos pontuados pela inovação, inclusão social, cidadania, sustentabilidade e modernização tecnológica, que devem ser articulados às vocações regionais, para superar as barreiras de natureza educacional, social e cultural, respeitando a essência e as peculiaridades inerentes aos grupos sociais das regiões assistidas pela Instituição.

7 Integração e Articulação da Educação a Distância da Ipes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

O curso de Especialização de Gestão em Saúde a distância está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial.

A Universidade Federal do Maranhão participa do Sistema Universidade Aberta do Brasil que irá atender a 17 polos de apoio presencial, ofertando 12 cursos de graduação e três de pós-graduação *lato sensu*, gerando um total de 4.800 vagas para alunos do Maranhão.

Os polos UAB/UFMA são: Porto Franco, Imperatriz, Santa Inês, Colinas, Grajaú, Bom Jesus das Selvas, Timbiras, Codó, Caxias, Anapurus, Nina Rodrigues, Humberto de Campos, Carolina, Coelho Neto, Barra do Corda, Fortaleza dos Nogueiras e São Luís.

8 Aspectos institucionais

Os objetivos institucionais da UFMA, baseados em seu Estatuto, são:

i. Ministrar educação em nível superior;

ii. Produzir, sistematizar e socializar o conhecimento;

iii. Desenvolver, de forma plural, um processo formativo em diferentes campos do saber;

iv. Desenvolver e difundir a pesquisa científica;

v. Estimular o aperfeiçoamento cultural e profissional;

vi. Desenvolver extensão como processo educativo, cultural e científico.

8.1 Missão

A missão da Universidade Federal do Maranhão é gerar, ampliar, difundir e preservar ideias e conhecimentos nos diversos campos do saber, propor soluções visando ao desenvolvimento intelectual, humano e sócio-cultural, bem como à melhoria de qualidade de vida do ser humano em geral, e situar-se como centro dinâmico de desenvolvimento local, regional e nacional, atuando mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, no aproveitamento das potencialidades humanas e da região e na formação cidadã e profissional, baseada em princípios humanísticos, críticos, reflexivos, investigativos, éticos e socialmente responsáveis.

8.2 Outros aspectos

No âmbito do Ensino, a UFMA oferece:

i. Ensino de Graduação – em todas as grandes áreas do conhecimento, nas modalidades Licenciatura e Bacharelado;

ii. Ensino de Pós-Graduação – cursos stricto-sensu e lato-sensu;

iii. Educação Básica e Profissional – no COLUN - Colégio Universitário;

iv. Educação a Distância – com cursos de graduação, pós-graduação e extensão;

v. Programas especiais de formação de professores.

No âmbito da Extensão, são desenvolvidos 17 programas e 436 projetos de extensão em todas as áreas, com ênfase na área de saúde.
No âmbito da Pesquisa, a UFMA conta com 256 grupos de pesquisa, tendo grupos atuantes em todas as grandes áreas de conhecimento.
O HU-UFMA, em suas unidades, congrega ações de assistência à comunidade e de formação profissional, associando ensino, pesquisa e extensão.

9 Concepção do Curso de Especialização de Gestão em Saúde

A UFMA atua em diferentes instâncias, com ênfase nos programas e projetos de Ensino, associados à Pesquisa e à Extensão. Os cursos oferecidos são predominantemente realizados sob a forma de atividades presenciais, entretanto a educação a distância ganha amplitude e relevância, em razão das peculiaridades e carências da região em que a Instituição está inserida. Sob esta perspectiva, a UFMA oferece o Curso de Especialização de Gestão em Saúde, visando atender profissionais em diferentes regiões do estado.

9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

I. temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;
II. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
III. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão pública, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.2 Concepção pedagógica do curso

A concepção do Curso de Especialização de Gestão em Saúde está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto da gestão pública em saúde à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais e visando o desenvolvimento socioeconômico.

9.2.1 Objetivo geral

Contribuir para a qualificação de profissionais de nível superior na gestão de serviços públicos de saúde.

9.2.2 Objetivos específicos

- Fornecer subsídios para a atuação nos serviços de saúde que resulte na melhoria da qualidade do cuidado prestada ao usuário;
- Habilitar para análise e intervenção no processo de trabalho em saúde;
- Capacitar para o reconhecimento das metodologias de planejamento e organização dos serviços de saúde nos três níveis de decisão;
- Compreender os fundamentos e a dinâmica de formulação e execução das diretrizes do SUS;
- Reconhecer os diferentes sistemas de vigilância em saúde;
- Fornecer subsídios para a organização dos sistemas logísticos em saúde.

9.3 Organização curricular

O curso estrutura-se em módulo básico, composto por disciplinas comuns a todas as especializações pertencentes ao PNAP relacionadas à administração pública em geral e ambiente da EAD, e módulo específico composto por disciplinas com os temas principais da gestão em saúde.

9.3.1 Módulo Básico

O Módulo Básico é composto por seis disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução a EAD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	TCC	30
–	**TOTAL DE HORAS/ MÓDULO BÁSICO**	**180**

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e questões da atuação do Estado e da administração pública da saúde.

9.3.2 Módulo Específico

O módulo específico em Gestão em Saúde é composto por quatro disciplinas de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
7	Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS	30
8	Organização e Funcionamento do SUS	45
9	Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	45
10	Gestão da Vigilância à Saúde	30
11	Gestão Logística em Saúde	30
12	Gestão do Trabalho em Saúde	30
–	**TOTAL DE HORAS/AULA**	**210**

9.3.3 Ementário

Disciplina 1 – Introdução a EAD – 30h

EMENTA
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CORRÊA, Denise Mesquita. **Introdução à educação a distância e AVEA.** 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014. HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação a distância.** Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução à educação a distância.** Fortaleza: RDS Editora, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009. MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância**: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015. MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância**: pontos e contrapontos. São Paulo: SUMMUS, 2011. SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010. SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Disciplina 2 – Política e Sociedade – 30h

EMENTA
Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo. Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e

sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria**: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas

EMENTA

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS
FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas**. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012. SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018. WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas**: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2014. HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política**: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005. SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (orgs.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Disciplina 4 – Gestão Pública

EMENTA
Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness:* as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na união e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS
COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010. DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (orgs.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011. JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006. PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007. TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

EMENTA
Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT).
REFERÊNCIAS BÁSICAS
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. RICHARDSON, Roberto Jarry *et al*. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 296 p,.

GIL, Antonio Carlos. M**étodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Disciplina 6 – TCC

EMENTA

Processo de construção de trabalho no formato de artigo científico de revisão ou no formato de plano de intervenção, individual, em interações entre o especializando e o orientador, membro do corpo docente do curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 296 p,.
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. Metodologia de Pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Disciplina 7 – Políticas de Saúde: Fundamentos e Diretrizes do SUS

EMENTA

Antecedentes do SUS: breve trajetória; Configuração Legal e Técnica do SUS; Anos de 1990 e a Implantação do SUS: desafios e inovações; SUS e perspectivas para o futuro. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). **Sistema Único de Saúde.** Brasília: CONASS, 2007. Disponível em: http://www.conass.org.br. Acesso em: 30 jun. 2009.

GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José Carvalho de; CARVALHO, Antonio Ivo de. (orgs.). **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. 2. ed. Editora Fiocruz, 2012. 1112p. Disponível em: http://facige.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2013/05/ politicasesistemasdesaude.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. **Políticas Sociais e de Saúde**. Rio de Janeiro: Ed. CEBES, 2012. 73 p. Disponível em: http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2015/02/4Pol%C3%ADticas-Sociais-e-de-Sa%C3%BAde.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários (CONASS). **O Financiamento da Saúde**. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em: http://www.conass.org.br. Acesso em: 30 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Mais Saúde**: direito de todos: 2008 – 2011. Brasília: MS, 2008. 106 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Reflexões sobre o Sistema Único de Saúde: inovações e limites. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. especial, p. 123-132, 2007.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza *et al*. (orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva**. (Parte IV, Política, Gestão e Atenção em Saúde). São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

PAIM, Jairnilson Silva. **Saúde, política e reforma sanitária**. CEPS Centro de Estudos e Projetos em Saúde. Salvador: Instituto de Saúde Coletiva-ISC. 2002.

Disciplina 8 – Organização e Funcionamento do SUS

EMENTA
Instrumentos de planejamento do SUS; Informações no Setor da Saúde; Níveis de Atenção à Saúde; Gestão Administrativa e Financeira; O público e o privado na saúde. Gestão Compartilhada; Redes de Atenção à Saúde. Estudos de casos aplicados.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
BRASIL, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). **A Gestão do SUS**: Para Entender a Gestão do SUS. Brasília: CONASS, 2015. Disponível em: http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/A-GESTAO-DO-SUS.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

SANTOS, Isabela Soares; SANTOS, Maria Angelica Borges; BORGES, Danielle da Costa Leite. Mix público-privado no sistema de saúde brasileiro: realidade e futuro do SUS. *In*: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030**: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: estrutura do financiamento e do gasto setorial [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/MS/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. v. 4. pp. 73-131. Disponível em: http://books.scielo.org/id/z9374/ pdf/noronha-9788581100180-04.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José Carvalho de; CARVALHO, Antonio Ivo de. (orgs.). **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. 2. ed. Editora Fiocruz, 2012. 1112p. Disponível em: http://facige.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2013/05/politicasesistemasdesaude.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

PINEAULT, Raynald. **Compreendendo o sistema de saúde para uma melhor gestão**. Brasília: Catálogo pré-publicação da Biblioteca e Arquivos nacionais do Quebec e Biblioteca e Arquivos do Canadá, 2016. Disponível em: http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/LEIASS-2.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

OUVERNEY, Assis Mafort; NORONHA, José Carvalho de. Modelos de organização e gestão da atenção à saúde: redes locais, regionais e nacionais. **In**: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030**: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: organização e gestão do sistema de saúde [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. v. 3. pp. 143-182. Disponível em: http://books.scielo.org/id/98kjw/pdf/noronha-9788581100173-06.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Sistema Único de Saúde** / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011. 291 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 1). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_1.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

PAIM, Jairnilson Silva; TEIXEIRA, Carmen Fontes. Configuração institucional e gestão do Sistema Único de Saúde: problemas e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12(Sup), p. 1819-1829, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v12s0/05.pdf. Acesso em 15 maio 2018.

IBAÑEZ, Nelson; VECINA NETO, Gonzalo. Modelos de gestão e o SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, suppl. 0, nov. 2007 Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v12s0/06.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina Maria Griffoni; GOMES, Maria Helena de Andréa. (orgs.). **O Clássico e o Novo**: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. 444 p. ISBN 85-7541-025-3. Parte VI - Relação público e privado no setor saúde Relação público e privado no setor saúde: tendências e perspectivas na década de 90. Disponível em: http://books.scielo.org/id/d5t55/pdf/goldenberg-9788575412510-19.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

Disciplina 9 – Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde

EMENTA

Sistemas de Saúde e Organização de Serviços; Organização de Redes de Atenção à Saúde; Planejamento e Programação em Saúde; Diagnóstico de Situação em Sistemas Locais; Identificação de Problemas e Definição de Estratégias de Intervenção. Avaliação em Saúde. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **A atenção à saúde coordenada pela APS**: construindo as redes de atenção no SUS: contribuições para o debate. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 113 p. p. 11-33. Disponível em: http://www.telessaude.mt.gov.br/Arquivo/Download/2056. Acesso em: 15 maio 2018.

MENDES, Eugênio Vilaça. **As Redes de Atenção à Saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p. Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/redesAtencao.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **IDSUS - Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde**. (Texto Base). Brasília: MEC, 13 de março de 2014. Disponível em: http://idsus.saude.gov.br/documentos.html. Acesso em: 15 maio 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de planejamento no SUS**. Fundação Osvaldo Cruz. 1. ed. Brasília: MS, 2016. 138 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/articulacao_interfederativa_v4_manual_planejamento_atual.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Saúde nas Américas. *In*: Capítulo 5. Sistemas de Saúde e Proteção Social na Saúde. Edição 2012: Volume Regional. Brasília. Disponível em: https://www.paho.org/salud-en-las-americas-2012/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=sna-2012-volume-regional-29&alias=253-capitulo-5-sistemas-saude-e-protecao-social-na-saude-253&Itemid=231&lang=en. Acesso em: 15 maio 2018.

REIS, Afonso Teixeira; OLIVEIRA, Paulo de Tarso Ribeiro; SELLERA, Paulo Eduardo. Sistema de Avaliação para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (SUS). **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, Sup., ago. 2012. Disponível em: http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/viewFile/543/1185. Acesso em: 15 maio 2018.

PAIM, Jairnilson Silva.; TRAVASSOS, Claudia, ALMEIDA, Celia; BAHIA, Lígia; MACINKO, James. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **The Lancet**, v. 6736, n. 11, p. 60054-8, 2011. doi:10.1016/S0140- Disponível em: http://actbr.org.br/uploads/arquivo/925_brazil1.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

HARTZ, Zulmira Maria de Araújo (org.). **Avaliação em Saúde**: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. 132 p. ISBN 85-85676- 36-1. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/3zcft/pdf/hartz-8585676361.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

Disciplina 10 – Gestão da Vigilância à Saúde

EMENTA

Vigilâncias no campo da saúde: definições, relação com a promoção da saúde e processo de trabalho. Sistemas Nacionais de Vigilância. Desafios e perspectivas: cuidado em saúde e qualidade de vida. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). **Vigilância em saúde**: Parte I. A Coleção Para Entender a Gestão do SUS. ed. atual. Brasília: CONASS, 2015. Disponível em: www.conass.org.br/biblioteca. Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). **Vigilância em saúde**: Parte II. A Coleção Para Entender a Gestão do SUS. ed. atual. Brasília: CONASS, 2015. Disponível em: www.conass.org.br/biblioteca. Acesso em: 15 maio 2018.

OLIVEIRA, Cátia Martins de; CRUZ, Marly Marques. Sistema de Vigilância em Saúde no Brasil: avanços e desafios. **Saúde em debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 104, p. 255-267, jan./mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n104/0103-1104-sdeb-39-104-00255.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
ARREAZA, Antonio Luis Vicente; MORAES, José Cássio de. Vigilância da saúde: fundamentos, interfaces e tendências. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 2215-2228, jul. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000400036&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 maio 2018. BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos. Vigilância em saúde ambiental no Brasil: heranças e desafios. **Saúde soc**., v. 26, n. 4, out./dez. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902017170093. Acesso em: 15 maio 2018. BEZERRA, Luciana Caroline Albuquerque; FREESE, Eduardo; FRIAS, Paulo Germano de; SAMICO, Isabella; ALMEIDA, Cínthia Kalyne Alves de. A vigilância epidemiológica no âmbito municipal: avaliação do grau de implantação das ações. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 827-839, abr. 2009. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/csp/2009.v25n4/827-839/pt. Acesso em: 15 maio 2018. CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de. (orgs.). **A vigilância da saúde para a promoção da saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 141-159. FREITAS, Carlos Machado de; PORTO, Marcelo Firpo. **Saúde, ambiente e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

Disciplina 11 – Gestão Logística em Saúde

EMENTA
Gestão de materiais e insumos: logística de abastecimento. Gestão de medicamentos: ciclo da assistência farmacêutica. Manutenção e gerenciamento de ambientes hospitalares. Estudos de casos aplicados.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
NETO, Gonzalo Vecina; FILHO, Wilson Reinhart. **Gestão de Recursos Materiais e de Medicamentos**. São Paulo: Editora Fundação Petrópolis Ltda, 1998. v. 12. Série Saúde & Cidadania. Disponível em http://andromeda.ensp.fiocruz.br/visa/files/Volume12.pdf. Acesso em: 15 maio 2018. MATHIAS, Rafael Vieira; AZEVEDO, Beatriz Marcondes de; CAMPOS, Fred Leite Siqueira. Logística nos serviços da saúde: conceitos, definições e desafios. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUCAO: Perspectivas Globais para a Engenharia de Produção, XXXV, 2015. **Anais** [...]. Fortaleza, 2015. Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_206_222_27865.pdf. Acesso em: 15 maio 2018. INFANTE, Maria; SANTOS, Maria Angélica Borges dos. A organização do

abastecimento do hospital público a partir da cadeia produtiva: uma abordagem logística para a área de saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 945-954, jul./ago. 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Aquisição de medicamentos para assistência farmacêutica no SUS**: orientações básicas. Brasília: DAF/SCTIE/MS, 2006. Disponível em: http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/judicializacao/pdfs/284.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

CARVALHO, José Crespo de; RAMOS, Tânia. **Logística na Saúde**. 3. ed. Lisboa: Sílabo, 2016. Disponível em: http://www.silabo.pt/Conteudos/8445_PDF.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

CUNHA, Fernando Lopes de Souza da. A aplicação da aliança logística: estudo de caso em hospitais da Universidade Federal do Ceará. **Revista Ciência e Administração**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 132-151, dez. 2003.

COELHO, Eugênio Pacceli de Freitas. **Logística de dispensação na rede de saúde pública**. *In*: CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA, III, Natal, RN, Brasil, 2010. Disponível em: http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_III_congresso_consad/painel_8/logistica_de_dispensacao_na_rede_de_saude_publica.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **SILOS: Sistema de Logística em Saúde**: guia do usuário. Brasília: MS, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/silos_sistema_logistica_saude_usuario.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

Disciplina 12 – Gestão do Trabalho em Saúde

EMENTA

Especificidades do trabalho em saúde. Micropolítica do processo de trabalho. Educação permanente. Ética em serviços de saúde. Liderança, negociação, resolução de conflitos e comunicação. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS
FRANCO, Tulio Batista; MERHY, Emerson Elias. **Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde: textos reunidos**. São Paulo: Hucitec, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Emerson_Merhy/publication/281632632_Livro-Trabalho-e-Producao_do_Cuidado_em_Saude-2013MERHYFRANCO/links/55f15ef908ae199d47c24ec4/Livro-Trabalho-e-Producao-do-Cuidado-em-Saude-2013MERHYFRANCO.pdf. Acesso em: 15 maio 2018. FARIA, Horácio Pereira de; WERNECK, Marcos A. Furquim; SANTOS, Max André dos; TEIXEIRA, Paulo Fleury. **Processo de trabalho em saúde.** NESCON/UFMG – Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família. 2. ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2009. 68p. SOUZA, Moema Amélia Serpa Lopes. Trabalho em saúde: as (re)configurações do processo de desregulamentação do trabalho. *In*: DAVI, Jordeana; MARTINIANO, Claudia; PATRIOTA, Lucia Maria (orgs.). **Seguridade social e saúde**: tendências e desafios [online]. 2. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 147-174.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
GIL, Célia Regina Rodrigues; LUIZ, Isaías Cantóia; GIL, Maria Cristina Rodrigues. **Gestão pública em saúde**: o processo de trabalho na gestão do SUS. São Luís: EDUFMA, 2016. 46 p. Disponível em: http://www.unasus.ufma.br/site/files/livros_isbn/isbn_gp02.pdf. Acesso em: 15 maio 2018. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde** / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011. 120 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 9). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_9.pdf. Acesso em: 15 maio 2018. DUSSAULT, Gilles. A Gestão dos Serviços Públicos de Saúde: características e exigências. **Rev. Administração Pública**, FGV, abr./jun.1992. MACHADO, Maria Helena; MOYSÉS, Neuza Maria Nogueira; PAIVA, Francisca Fernandes; TAVEIRA, Zaira Zambelli; OLIVEIRA, Eliane dos Santos de (orgs.). **Manual Instrucional do Curso de Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2011. 64 p. Disponível em: http://www.ensp.fiocruz.br/observarh/arquivos/manual_instrucional_gtes_final(01).pdf. Acesso em: 15 maio 2018. CASTRO, Janete Lima de; VILAR, Rosana Lúcia Alves de; LIBERALINO, Francisca Nazaré (orgs.). **Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde**. Natal: EDUFRN, 2012. 271 p.

10 Estrutura administrativo-pedagógica

O Curso de Especialização em Gestão Municipal a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **aluno** matriculado no curso;
- **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- **professores formadores,** responsáveis pela oferta das disciplinas;
- **professores pesquisadores**, vinculados a programas de pós-graduação da Ipes, ou a projetos de pesquisa;
- **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e
- **equipe de apoio**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

10.1 Docentes que participam da gestão do curso

Coordenador: DEBORA LUANA RIBEIRO PESSOA

E-mail Contato: debora.luana@ufma.br

[redacted]one Contato: 8123-5099

Data Início Mandato: 08/03/2021

Data Fim Mandato: 08/01/2023

11 Infraestrutura e processo de gestão acadêmico-administrativa

A Educação a Distância, embora prescinda da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma

organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- a produção e a organização do material didático apropriado à modalidade;
- processos próprios de orientação e avaliação;
- monitoramento do percurso do estudante; e
- criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema, que dá suporte à ação educativa, preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

Rede comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na Ipes, com a garantia de:

- manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- manutenção dos núcleos tecnológicos na UFMA e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a UFMA.

Produção de material didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Municipal encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

11.1 Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Municipal, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes, se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico-metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início e ao longo do curso.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- *e-mail*; e
- comunicados via SIGAA – UFMA.

11.2 Encontros presenciais

Em momento oportuno, acontecerão encontros presenciais para a realização de atividades e para a apresentação do TCC.

12 Diretrizes de avaliação

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Municipal.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

12.1 Avaliação institucional

A UFMA participa do SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. A CPA - Comissão Própria de Avaliação da UFMA elaborou seu plano de atuação pautando-se no roteiro apresentado pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

12.2 Avaliação dos subsistemas de EAD

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Gestão em saúde tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso.

Para tanto, aplicar-se-á avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores-tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do ambiente virtual de aprendizagem;
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso e
- eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados:

- Questionários aplicados a todos os atores envolvidos no processo;
- Análises sistemáticas do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Mediação pedagógica;
- Acompanhamento didático-pedagógico.

Esta avaliação do curso que deverá ser executada com regularidade, com vistas à manutenção da qualidade do mesmo, é uma avaliação voltada para o processo de manutenção e geração dos cursos.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, possibilitando controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

12.3 Avaliação de aprendizagem

Como proposta para o desencadeamento do processo de avaliação da aprendizagem no curso, sugere- se a realização de atividades diversas, tais como: atividades objetivas e discursivas, fóruns, e momentos de discussão síncronos, via webconferência.

De acordo com o Art. 34 da resolução CONSEPE nº 1265/2015, a avaliação de desempenho do aluno em cada componente curricular será traduzida de acordo com os seguintes conceitos:

10,0 – 9,0: A

8,9 – 8,0: B

7,9 – 7,0: C

< 7, 0: D

13 Processo de comunicação-interação entre os participantes

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão: *chat*, webconferências e telefone.

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados: fóruns, e-mails, comunicações via SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) UFMA.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.